



PROCESSOS DE PROJETOS ABERTOS AO DIÁLOGO, O CONFLITO COMO CURA

*DESIGN PROCESSES OPEN TO DIALOGUE,
CONFLICT AS A CURE*

*PROCESOS DE PROYECTO ABIERTOS AL DIÁLOGO,
EL CONFLICTO COMO CURA*

EIXO 1 - PROJETO E PLANEJAMENTO DO AMBIENTE CONSTRUÍDO

Coordenadores

SILVA, Luis Octavio P. L. de Faria e

doutor; PGAUR/USJT; Escola da Cidade
lifariaesilva@gmail.com

GUIZZO, Iazana

doutora; Floresta Cidade FAU UFRJ
iazanaguizzo@fau.ufrj.br

Trabalho 1

MONTEIRO DOS SANTOS, Marcela

mestra; PPGAUD/UFC, Taramela Assessoria Técnica em Arquitetura e Cidade
marcelamonteirosantos@gmail.com

**ANÁLISES TEÓRICAS E REFLEXÕES PRÁTICAS A PARTIR
DO PLANEJAMENTO ALTERNATIVO**

Trabalho 2

ARRUDA, Marcella S. M. P.

mestranda; UFRJ
marcellasmparruda@gmail.com

DA PARTICIPAÇÃO AO ENVOLVIMENTO

Trabalho 3

BARROS, Francisco T.

doutor; FAUUSP, doutorando PGAUR/USJT
chicobarros@alumni.usp.br

SILVA, Luis Octavio P. L. de Faria e

doutor; PGAUR/USJT; Escola da Cidade
lifariaesilva@gmail.com

ARQUITETURA LIVRE NA METRÓPOLE PAULISTA



Trabalho 4

CARDOSO, Ana Claudia

PhD; docente PPGAU UFPA
aclaudiacardoso@gmail.com

BALEIXE, Bárbara

mestre doutoranda; PPGAU/UFPA
barbarabaleixe@gmail.com

BOSQUE E IGARAPÉ SAPUCAJUBA:

RIO URBANO E SUA VÁRZEA QUE RESISTEM EM BELÉM DO PARÁ

Trabalho 5

GUIZZO, Iazana

**A MALOCA ÚTERO: UM SER VIVO, UM BERÇÁRIO DE IDEIAS
OU UM PROCESSO ABERTO E PARTICIPATIVO DE PROJETO?**

doutora; Floresta Cidade - FAU UFRJ
iazanaguizzo@fau.ufrj.br



RESUMO DA PROPOSTA GERAL DO SIMPÓSIO TEMÁTICO: PROCESSOS DE PROJETOS ABERTOS AO DIÁLOGO, O CONFLITO COMO CURA

A intenção deste simpósio temático é a de versar sobre processos de projetos abertos, aos quais também nos referimos como projetos participativos, na intenção de aprimorarmos e avançarmos com a perspectiva de processos de concepção atentos aos temas de opressão e exclusão, bem como de diferenças culturais. Tratam-se de processos que não se afirmam como verdade e que, por isso, buscam o diálogo com diferentes formas de conhecimento, sejam eles saberes locais, sejam saberes desenvolvidos no âmbito da ciência, nas pesquisas científicas, na universidade.

Apesar de presente em muitos discursos arquitetônicos, a abertura ao diálogo franco e respeitoso entre pensamentos distintos nos parece algo tão importante quanto difícil de praticar. É importante no sentido de sua urgência diante de um mundo claramente em colapso e que, no caso do Brasil, pode encontrar nas perspectivas dos povos tradicionais saberes capazes de regenerar nossas relações com os biomas. Nesse sentido, podemos estabelecer conexões entre esses processos abertos de projeto e perspectivas ancestrais como a do Bem Viver, da qual, "uma de suas maiores contribuições poderia estar na construção coletiva de pontes entre os conhecimentos ancestrais e modernos, assumindo, a todo instante, que a construção de conhecimento é fruto de um processo social (ACOSTA, 2016, p.239)."

Entretanto, esse diálogo entre saberes distintos é difícil de praticar durante a concepção de um projeto em um território repleto de conhecimentos não ocidentais. Nota-se que não basta ter boa intenção, visto que nossos métodos, teorias e ferramentas são associados às cosmovisões centrais e frequentemente opressoras das formas de ser e viver contra-hegemônicas (GUIZZO, 2019). Com este encontro, pretendemos conversar com experiências de projeto que possuem como prerrogativa o desejo de se afastar da postura autoritária não rara em processos de projeto convencionalmente praticados entre nós, algo que lamentavelmente se consolidou, com uma inércia que segue com vigor em muitas situações, por vezes até mesmo com discursos avessos.

A motivação da troca de ideias promovida por este simpósio temático foi o contato com um processo de projeto no território indígena Tupinambá de Olivença, na área chamada de Lagoa do Mabaça, sul da Bahia. Este processo de projeto¹ tem como prerrogativa a ideia de troca de

¹ O processo de projeto para o conjunto arquitetônico no território tupinambá da Lagoa do Mabaça é de autoria do coletivo Útero Amotara Zabelê - Yakuy Tupinambá nos coloca que a ideia de ficha técnica com nomes discriminados é algo que não faz parte dos procedimentos no âmbito das culturas dos povos originários. Toda a aldeia tupinambá de Olivença, direta ou indiretamente, está envolvida no processo. Outras etnias, através de muitos que se aproximaram do processo, estão envolvidas na formação contínua do coletivo. Instituições de ensino como a UFSB, a UFRJ e a Escola da Cidade estão envolvidas a partir de professores e estudantes que participam do coletivo. Também Floresta-Cidade e Plataforma Arquitetura e Biosfera, instâncias de pesquisa-ação estão envolvidas no processo aberto. A partir da interação com Yakuy, a decisão foi a de não elencar todos os nomes dos envolvidos, o que seria quase impossível já que são muitos os que têm trazido contribuições importantíssimas.



saberes, de equidade no que diz respeito às pessoas envolvidas, seus talentos e ideias que defendem, na produção de um conjunto edificado para acolher atividades relacionadas à intenção de interação, troca e cura, para se trilhar outros caminhos que possam ajudar a regenerar o planeta e as pessoas. Centro de Pesquisa e Inovação Ancestral capaz de reencantar o mundo "abrindo caminhos de diálogo e reencontro entre os seres humanos, enquanto indivíduos e comunidades, e de todos com a Natureza, entendendo que todos os seres humanos formamos parte da Natureza e que, no final das contas, somos Natureza." (ACOSTA, 2016, p. 141).

O núcleo de arquitetura envolvido no processo de projeto com os tupinambá tem sido um espaço de reflexão sobre como ocupar as áreas que compõem o belo território de restinga, com Mata Atlântica, onde a ocupação indígena é tradicional desde muitas gerações. Ocupar de maneira ecológica, em sintonia com o modo de vida tupinambá, em interação com outros saberes que se colocam atualmente, é o grande desafio que se descortina, que já contou com inúmeras oficinas de interação, exposição de possibilidades e troca de ideias no que diz respeito a interpretações e a visões possíveis.

Desde 2020, ações têm sido preparadas para escuta de saberes locais, com investigações propositivas compartilhadas a fim de realizar um projeto de arquitetura no território, com estruturas para atividades de ensino, cura, encontros e também de moradia para residentes e visitantes, além de apoio a atividades de manejo e pesca tradicional. Oficinas foram realizadas, com produção de maquetes, protótipos, estruturas de apoio quanto ao manejo de resíduos e de banheiros não hidráulicos e, em 2023, o projeto chegou ser apresentado em evento junto à ONU por Yakuy Tupinambá, importante liderança do território ancestral, na intenção de buscar recursos para sua execução. O projeto também participou da Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo de 2022.

Sem recurso algum externo, em janeiro deste ano houve a construção de uma estrutura, uma maloca, na qual se buscou interação plena com construtores locais durante o processo de execução. Foi um gesto em que o projeto se transformou durante a obra, incluindo diversos saberes locais e modos de fazer. Tal processo de projeto e construção suscitou uma série de questões quanto à interação do resultado atingido no que diz respeito ao processo de projeto praticado até então, desde o desenho, a autonomia até a prática pedagógica indígena.

O processo de projeto do complexo tupinambá pode ilustrar nuances presentes quando se busca uma interação de saberes e a aplicação de procedimentos facilitadores do que se refere como participação. Ideias como projeto participativo, construção coletiva e gestão compartilhada também encontram entraves referentes à falta de abertura franca para a exposição de conflitos inevitáveis no encontro entre diferentes mundos. Na perspectiva de se encontrar pactos possíveis, em negociações nas quais todos os envolvidos sabem que terão que flexibilizar ou, ainda, em outras palavras, abrir espaço para uma cura, como diz Yakuy Tupinambá, que fala abertamente em cura na construção do complexo Útero Amotara Zabelê, universidade indígena conduzida pela energia das mulheres. Ao que parece, outras lógicas do construir pautam o território tupinambá.



Yakuy nos ensina que os conflitos não podem ser evitados. Ao contrário, o próprio território sagrado com o qual os projetos estão sendo pensados faz com que eles emergem para que possamos nos transformar no processo e notar quando somos pouco atentos ao outro, humano ou não. Ela frequentemente diz que a cura do planeta vem de dentro de cada um de nós e que é preciso estar aberto para ela. A explicitação de abertura aos conflitos ou aos interesses antagônicos em um diálogo franco e respeitoso nos parece ser fundamental para uma condição democrática efetiva em um processo de projeto participativo no Brasil, país profundamente marcado por constantes e sucessivos processos de colonização.

Há, assim, que se superar uma visão negativa dos conflitos, na medida em que estes são intrínsecos a qualquer interação no âmbito de uma comunidade ou coletivo. Em uma mediação de conflitos em processos de projeto que se desejam abertos terá que se explicitar que aqueles que estão circunstancialmente como adversários, ao estabelecerem espaços simbólicos comuns, podem e precisam se compreender – adversários serão vistos, assim, como “inimigos amigáveis” (MIESEN, 2010 p.92) já que compartilham espaços de representação e prospecção de possibilidades. Será necessário, nesse sentido, um desmonte da visão romântica da participação, na qual as diferenças de vida, no caso brasileiro sempre marcadas por inúmeros traços coloniais presentes em nossos corpos, possam aparecer como problema e como possibilidade de transformação de si e das práticas consolidadas do nosso campo disciplinar.

Haveria um papel crucial do antagonismo na formação das identidades coletivas, negado pelo modelo dominante de política democrática, no qual a realização de um consenso racional supostamente elimina os conflitos da esfera pública, turvando a percepção das relações de poder ali presentes (MOUFFE, 2003, p. 13). Na roda de conversa realizada depois de muitas horas de trabalho braçal na construção realizada em janeiro, não se buscou o consenso que poderia turvar as relações de poder presentes. Ali, as duas experiências de projeto participativo vividas no núcleo de arquitetura que opera junto aos tupinambá se colocam como opostas e o conflito se estabelece. Conflito cheio de afetos, questões políticas estruturais, debates de projeto ou modos de ser mais ou menos diretos ou sutis. Aparecem por vezes lágrimas e desconcertos que criam insônias em alguns procurando entender eventuais equívocos; por outras vezes são os nós emocionais, frustrações, mágoas que ficaram guardadas ao longo do processo que são desatados com uma facilidade inimaginável. É o diálogo franco que cura e faz emergir o debate entre duas diferentes formas de projetar presentes dentro do próprio núcleo. Yakuy acompanha e também é parte da roda na medida que as solicitações de projeto e mudanças constantes e repentinas advêm dela mesma.

Percebemos que a lógica de projeto que pode conciliar diferentes escalas, possibilita detalhamento e orçamentos, se coloca como antagônica à outra que, ainda é projeto, mas em um desenho à mão, rápido, e que se materializa em menos de uma semana em uma obra aberta a sucessivas alterações conforme ideias no canteiro de obra que é também coletivo e com a participação direta e contínua de quem desenhou. Decisões quanto ao conjunto construído, ainda que trabalhados no âmbito do coletivo, foram pouco consideradas na ação transformadora a partir do esquema de mutirão que se estabeleceu. Há, assim, uma contradição que se instala e que deixa em um plano menos importante muitas decisões referentes a um pensamento sistêmico conquistado ao longo de meses de interação.



Contradições em um processo que se deseja aberto, que são desafios no que diz respeito à participação, na qual há uma demanda por um papel ativo dos envolvidos (LANE, 2005). A participação representa a possibilidade de os envolvidos efetivamente se compreenderem uns aos outros. A prerrogativa para o aprofundamento da participação é a redistribuição do poder, algo que vem associado à perspectiva de busca de saída para a fragmentação sócio-territorial a que assistimos. Uma integração social no território só será possível com um alto nível de participação.

Os convidados para este simpósio temático, através da exposição de princípios e experiências em que se enfrentam desafios quanto à intenção de promover processos de projeto abertos, trazem insumos para seguirmos no sentido de uma forma de produção coletiva, de respeito e mesmo convocação de uma inteligência coletiva, algo imprescindível diante da crise socioambiental que enfrentamos.

Questões colocadas aos convidados deste encontro:

Como avançar com processos de concepção em que esteja presente plenamente o território? Como é possível um projeto participativo no Antropoceno? Em uma perspectiva horizontal e não hierárquica, como ser (o) outro ao projetar?

É possível um processo aberto de projeto? É possível ainda projetar em um planeta danificado? Em um planeta danificado, como ter um projeto participativo e outras ferramentas de projeto?

Marcela Monteiro dos Santos, que atua como assessora técnica popular baseada em Fortaleza, Ceará, com sua exposição “ANÁLISES TEÓRICAS E REFLEXÕES PRÁTICAS A PARTIR DO PLANEJAMENTO ALTERNATIVO”, nos apresenta perspectivas identificadas em sua prática e reflexões decorrentes, insumos para se pensar na participação durante processos de planejamento.

A exposição de Marcella Arruda, “DA PARTICIPAÇÃO AO ENVOLVIMENTO”, traz uma reflexão sobre a atuação do arquiteto quando da intenção de estimular a participação, na perspectiva do que se tem chamado de envolvimento.

Francisco Barros e Luis O. de Faria e Silva, com a exposição “ARQUITETURA LIVRE NA METRÓPOLE PAULISTA”, trazem reflexões sobre como se dá a produção de uma assim chamada arquitetura livre, sem opressão e relações hierárquicas decorrentes nos canteiros de obra, baseada na ideia de trabalho com prazer.

Ana Claudia Cardoso e Barbara Baleixe, da UFPA, na exposição “BOSQUE E IGARAPÉ SAPUCAJUBA: RIO URBANO E SUA VÁRZEA QUE RESISTEM EM BELÉM DO PARÁ”, trazem um olhar para a experiência com uma comunidade amazônica, ao longo de processo de sua transformação, em que cuidado com as pessoas e consciência ambiental se entrelaçam, na medida em que escuta local e universidade se compõem.

Iazana Guizzo, em sua exposição “A MALOCA ÚTERO: UM SER VIVO, UM BERÇÁRIO DE IDEIAS OU UM PROCESSO ABERTO E PARTICIPATIVO DE PROJETO?”, traz um relato da experiência de construção de uma estrutura no território tupinambá da Lagoa do Mabaça, no qual contradições de um processo de projeto aberto emergiram.



REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Elefante Editora, 2016.

GUIZZO, I. **Reativar territórios: o corpo e o afeto na questão do projeto participativo**. Belo Horizonte: Quintal Edições, 2019

LANE, M. B. **Public participation in planning: an intellectual history** in Australian Geographer 36 (3), 2005

MIESSEN, M. **Collaboration and the Conflictual** in The nightmare of Participation New York: Sternberg Press, 2010

MOUFFE, C. **Democracia, cidadania e a questão do pluralismo**. Florianópolis: Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política V2 n3, 2003.



RESUMO do Trabalho 01 ANÁLISES TEÓRICAS E REFLEXÕES PRÁTICAS A PARTIR DO PLANEJAMENTO ALTERNATIVO

As diferentes disputas em torno dos conceitos e práticas relacionados ao planejamento territorial e urbano têm levado a compreensões ampliadas sobre o assunto (Friedmann, 1987; Sandercock, 1998; Beard, 2003; Angotti, 2008; Miraftab, 2018; Tanaka, 2017; Tanaka; Oliveira; Coli, 2022; Vasudevan; Novoa, 2022). Dessa forma, a atuação na produção do espaço a partir de práticas autônomas nos territórios populares tem mostrado possibilidades de planejar no espaço urbano que não se enquadra no que se convencionou denominar de planejamento. Com isso, uma série de elementos e procedimentos de uma estrutura padrão de intervenção também passam a ter novos limites de análise.

De maneira a delimitar algumas dessas estruturas padrões que são subvertidas com o 'planejar alternativo', observa-se três questões importantes: (01) ampliação do repertório de representação; (02) construções coletivas; e, (03) fortalecimento da autonomia. Elas foram definidas com o intuito de trazer contribuições a partir de análises teóricas e reflexões práticas através do trabalho de dissertação da autora, Diálogos sobre formas alternativas de planejamento: as contribuições das práticas no Lagamar, em Fortaleza/CE, no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade Federal do Ceará, em diálogo com sua atuação como assessora técnica popular, em especial na OSC Taramela Assessoria Técnica em Arquitetura e Cidade.

As três questões indicadas são importantes exemplos teóricos e práticos desenvolvidos dentro de processos de planejamento que procuram acontecer 'baixo-para-cima', em diálogo com moradores e usuários do espaço, que privilegiam uma atuação engajada e que buscam alternativas para a realidade posta e a resposta superficial. Assim, a partir do contexto de descrença na capacidade do planejamento em construir sociedades mais justas (Santos, 1979; Escobar, 2000), essas ações procuram referenciar uma outra perspectiva do planejar.

A atuação na busca pelo Direito à Cidade junto a moradores de comunidades, movimentos sociais e coletivos organizados, exige dos assessores técnicos populares tanto a capacidade de comunicação mais efetiva, como a criatividade para repensar determinados padrões de representação que foram aprendidos a partir de regras específicas. Na produção de materiais de diálogos do planejamento, muitas vezes, uma planta técnica detalhada se mostra menos compreensível do que um croqui fora de escala. Dessa forma, a planta técnica pode ser um dos produtos específicos, ou mesmo estar ausente do processo, e assim, trazendo o protagonismo para outras formas de apresentação, diferentes linguagens podem se mesclar ao desenho técnico. O desafio que isso muitas vezes representa mostra tanto uma limitação do ensino como na atuação profissional. Contudo, reconstruir esse caminho, possibilita atualizar o debate sobre a função social do profissional de arquitetura e urbanismo, assim como ampliar um repertório de metodologias e instrumentos para participação.



O desenvolvimento de um planejamento que busca a construção de outras estruturas socioespaciais requer, necessariamente, a coletividade em sua produção. Esse trabalho demanda uma participação efetiva das pessoas envolvidas durante todo o processo da atividade. Com isso, elas precisam estar comprometidas, cientes das ações e dos conteúdos abordados, e preparadas para contribuir nas diferentes etapas estabelecidas. Nessa situação, as contribuições técnicas e populares se mesclam na construção de propostas, formando argumentos qualificados a partir de diferentes conhecimentos, e de significado e relevância para o território. Destaca-se que a dificuldade para realização de planejamentos coletivos muitas vezes pode ser observada pelo tempo ampliado que essas ações demandam, dificuldade de viabilizar recursos de apoio, em especial quando comparadas a um modelo superficial de participação, e, em especial, a necessidade de observar as diferentes falas e narrativas como formas de conhecimento. Equilibradas essas diferentes questões, o processo passa a integrar diferentes visões de mundo, mas com objetivos comuns, e tende a potencializar os resultados a cada etapa do trabalho coletivo.

Em diálogo com o item anterior, o fortalecimento da autonomia, tanto individual, quanto coletiva, também pode ser observado a partir do processo de planejamento que integra os diferentes tipos de conhecimento. A formação gradual de sujeitos, que constroem a luta e que são construídos por ela, passa a ter impacto na vida das pessoas e nas ações e resistências que elas encampam. Coletivamente, inclusive entre os assessores técnicos populares e moradores das comunidades, é possível observar o desenvolvimento de relações baseadas na confiança mútua e afeto. As condições que são desenvolvidas durante esse processo têm papel fundamental na formação das pessoas a longo prazo e, assim, no olhar e incidência delas para construção de outros espaços de vida.

Assim, a partir dos estudos e atuações sobre essas e outras estruturas desenvolvidas na perspectiva ampliada do planejamento, observa-se avanços e limitações para construção de um processo efetivo de um outro planejamento. Contudo, apesar das várias dificuldades apresentadas - como em relação ao tempo e recurso necessário, representação e detalhes da proposta, engajamento e mobilização popular -, a atuação coletiva também tem se fortalecido com a tentativa de superar essas questões de maneira conjunta. No mais, as contribuições apresentadas destacam formas diferentes de atuar sócio espacialmente e perspectivas para pensar e atuar na construção de futuros outros.

REFERÊNCIAS

ANGOTTI, Thomas. **New York for sale**: community planning confronts global real estate. The MIT Press, 2008.

BEARD, Victoria A. Learning Radical Planning: The Power of Collective Action. **Planning Theory**, vol. 2, nº 1, p. 13 - 35, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1177/1473095203002001004>.

ESCOBAR, Arturo. Planejamento. In : SACHS, Wolfgang (org.). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Editora Vozes, 2020. p. 211 - 228.



FRIEDMANN, John. **Planning in the Public Domain: From Knowledge to Action**. New Jersey: Princeton University Press, 1987, p. 03 - 48.

LIMONAD, Ester. Planejar por quê? In: LIMONAD, Ester; MONTEIRO, João C.; MANSILLA, Pablo (orgs.). **Planejamento territorial: reflexões críticas e perspectivas**. 1. ed. São Paulo: Editora Max Limonad, 2021. p. 16 - 44.

MIRAFATAB, Faranak. Insurgent Planning: Situating Radical Planning in the Global South. **Planning Theory**, vol. 8, nº 1, p. 32 - 50, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1177/1473095208099297>.

_____. Insurgent Practices and Decolonization of Future(s). In: GUNDER, Michael; MADANIPOUR, Ali; WATSON, Vanessa (eds.). **The Routledge Handbook of Planning Theory**. 1. ed. New York: Routledge, 2018. p. 276 - 288.

OLIVEIRA, Fabrício Leal; SÁNCHEZ, Fernanda; VAINER, Carlos. Planejamento conflitual na Cidade Olímpica. A experiência da Vila Autódromo, Rio de Janeiro. **Revista Crítica Urbana**, vol. 3, nº 14, p. 34 - 39, 2020.

SANDERCOCK, Leonie. Introduction: Framing Insurgente Historiographies for Planning. In : _____. (ed.). **Making the invisible visible: a multicultural planning history**. California: University of California Press, 1998. p. 01 - 33.

SANTOS, Milton. Tradução de Maria Irene de Q. F. Szmrecsányi. **Economia espacial: críticas e alternativas**. Coleção Economia e Planejamento. Série "Teses e Pesquisas". São Paulo: Editora HUCITEC, 1979.

TANAKA, Giselle. **"Planejar para lutar e lutar para planejar": Possibilidades e Limites do Planejamento Alternativo**. 2017. Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

TANAKA, Giselle; OLIVEIRA, Fabrício Leal de; COLI, Luis Régis. Planejamento autônomo e ação política na produção da cidade: movimentos, mobilizações e direito à cidade no Brasil contemporâneo. In: RIZEK, Cibele Saliba; ALMEIDA, Lindijane (orgs.). **Movimentos sociais na cidade e no campo: olhares e questões contemporâneas**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2022. p. 95 - 125.

VASUDEVAN, Raksha; NOVOA, Magdalena. Pluriversal planning scholarship: Embracing multiplicity and situated knowledges in community-based approaches. **Planning Theory**, vol. 21, nº 1, p. 77 - 100, 2022. DOI: 10.1177/14730952211000384.



RESUMO do Trabalho 02 DA PARTICIPAÇÃO AO ENVOLVIMENTO

Muito se tem escrito desde os anos 1960 sobre a noção de participação no campo da arquitetura e urbanismo. De Arnstein (1969) e Fathy (1982), passando por Alexander (1970) ou Turner (1972) - alguns autores que marcaram a reflexão naqueles anos - a Peli, Scornik, Nunez (2003), Fernandes (2012), Guizzo (2019) - que têm igualmente se dedicado ao tema. Acredito que Giancarlo de Carlo (1960) contribuiu na notoriedade do porque em mais de meio século a ideia de participação ou simples colaboração continua a ser denegada ou deixada em segundo plano nas páginas dedicadas à crítica das práticas e das obras de arquitetura e urbanismo. No entanto, apesar de tímido existe um movimento que vem debatendo, como situa a arquiteta lazana Guizzo, "essa atenção específica aos territórios e seus habitantes, aos modos de situar o projeto e ao reconhecimento de lógicas não centrais ganhou força na concepção de projeto com uma importante ressignificação do campo da arquitetura e do urbanismo que ocorreu na metade do século passado. (...) Desde então, é cada vez mais crescente a demanda por essa atitude de projeto" (GUIZZO, 2019, p. 21 e 22).

A partir de um caráter político, por vezes ativista, certos modos e agenciamentos espaciais propõem desestruturas hierárquicas e formulam alternativas para se relacionar com o poder em suas diversas dimensões, propondo modos e linguagens participativos, sensíveis à escuta e situados nos territórios, que possam gerar uma abertura para a voz e o reconhecimento do saber e fazer de cada um na construção de um projeto - sobretudo aqueles marcados por vulnerabilidades, opressões e desigualdades. Como resume o arquiteto Fernando Luiz Lara (2021): o processo participativo desloca o arquiteto de uma posição de centralidade, abrindo espaço para uma pluralidade de entendimentos e cosmologias.

Se por um lado o processo participativo tira o arquiteto da posição central, muitas vezes entendemos a participação como um espaço aberto pelos arquitetos para o envolvimento da sociedade e comunidade local no projeto. A bibliografia existente muitas vezes foca em um entendimento dos arquitetos como condutores da abertura deste espaço de participação da comunidade local. Mas acreditamos ser necessário realizar uma inversão de olhar para a participação: afinal, muitas vezes, é a comunidade local que convida o arquiteto a participar de processos locais que estão em curso antes de sua chegada e que continuarão depois de sua saída. Tal inversão nos permite exercer um olhar situado, que compreende a comunidade local, o processo histórico de forças e disputas que configuram um território, seus modos de habitar, quais vínculos estabelecem e como eles se envolvem com o ambiente ao seu redor. Exercitamos assim um olhar alargado para a relação do arquiteto com o espaço e com a comunidade na qual, para e com quem se está projetando, a partir de um encontro e entendimento das cosmologias que ali habitam.

Tal abordagem mais ampliada da participação aponta para maior envolvimento: com os corpos humanos e não humanos, com a paisagem natural e cultural, e com o tempo em cada projeto e cada território. O projeto se dá, assim, no encontro presentificado através de diferentes



elementos e dimensões, em experiência de co-implicação. Compreender, a partir da noção de envolvimento, como se produz a arquitetura e o que ela pode produzir.

O filósofo quilombola, Antônio Bispo (2023), defende a noção de envolvimento e institui assim um marco do pensamento contemporâneo brasileiro - e porque não latino-americano, se entendida a sua correlação com conceitos como do Bem Viver. Bispo relaciona esta falta de vínculo com aquilo que nos circunda com o paradigma do desenvolvimento: "des-envolver é desconexão, é desastre, é deslocamento. Tanto é que pensa-se num lugar para fazer no outro, que doidera. Eu estou dizendo isso para dizer que para nós, quilombolas e contra-colonialistas, a palavra chave é envolvimento. Nós somos os povos do envolvimento. O envolvimento é o antídoto de desenvolvimento, é o contra-colonialismo" (BISPO apud USP FFLCH, 2023).

O projetar contra-colonial requer, portanto, que os próprios arquitetos envolvidos em situações de projetos abertos ao diálogo se desfaçam de crenças e certezas e se afetem pelo que veem como paisagem, tempo e corpos; e como diria Nayane Alves, arquiteta, "se lambuzar pelo lugar": "É desafiador para as nossas convicções. (...) A relação com aquele lugar se dá muito por conta da nossa dança com essa história: algumas vezes é de se acomodar e outras de se colocar e recompor com o que está em volta: de forma muito mais enraizada, lambuzada por aquele lugar" (ALVES, 2023). Evidentemente, o ato de se lambuzar em cada cosmogonia, em cada lugar, em cada paisagem produz experiências completamente distintas pelas memórias e histórias vividas.

Diante destas reflexões, propomos aqui outro modo de fazer projeto e produzir conhecimento: o envolvimento, modo no qual o corpo em experiência, na relação com a paisagem, outros corpos, o tempo, se abre a sua própria metamorfose, e para a construção de conhecimento, coletiva, sensível, interespécie. Assim, compreendemos que o projeto arquitetônico é produzido de forma aberta: em encontro, em experiência, na imbricação entre natureza e cultura, como coloca Guizzo, "em composições, nem sempre óbvias, capazes de fazer emergir corpos mais fortes e mais articulados com a Terra" (GUIZZO, 2019, p. 177 e 178).

REFERÊNCIAS

ALVES, Nayane. [Entrevista concedida a] Marcella S.M.P. Arruda. **Arquitetura como Envolvimento**, Rio de Janeiro, maio, 2024.

BARONE, A. C. C., & DOBRY, S. A. (2004). "Arquitetura participativa" na visão de Giancarlo de Carlo. *PosFAUUSP*, 15, 18-31.

GUIZZO, Iazana. **Reativar territórios: o corpo e o afeto na questão do projeto participativo**. Belo Horizonte: Quintal Edições, 2019.

LARA, Fernando Luiz. Paulo Freire como antídoto à hegemonia da abstração. *Arquitextos*, São Paulo, ano 22, n. 256.00, Vitruvius, set. 2021 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/22.256/8240>>.



USP FFLCH. **Aquilombar o Antropoceno, Contra-colonizar a Ecologia:** confluências entre Malcom Ferdinand e Antônio Bispo. Moderação de Ana Sanches. YouTube, 13 de março de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7RCuzE6b83k>.



RESUMO do Trabalho 03 ARQUITETURA LIVRE NA METRÓPOLE PAULISTA

Este é um retrato momentâneo do trabalho em andamento do pós-doutorado do arquiteto e urbanista Francisco Barros. A orientação inicial foi de Cláudio Amaral e hoje é de Luis Octavio de Faria e Silva com a colaboração das alunas do curso de Arquitetura e Urbanismo da USJT, Laura Peres e Myriam Benedito, e de outros estudantes de instituições relacionadas ao grupo Ânima, através de um Projeto de Extensão.

A **Arquitetura Livre** é uma FORMA de arquitetura que pode ser compreendida a partir de dois conceitos principais: “*Trabalho Livre*” de Sérgio Ferro (arquiteto, escritor marxista, professor e pintor) e o “*Trabalho Feito com Prazer*” de John Ruskin, crítico de arte inglês do século XIX, (1819-1900). Esses dois conceitos nos ajudaram a refletir sobre a prática da Autogestão na produção do espaço.

Até o momento 13 diferentes tipos de obras de **Arquitetura Livre** foram identificados e classificados na metrópole paulista. São eles:

1. Centros Comunitários de Conjuntos Habitacionais erguidos por movimentos populares de luta por terra e moradia;
2. Centros Comunitários de favelas e ocupações populares;
3. Cozinhas Solidárias;
4. Espaços para abrigo de práticas religiosas;
5. Espaços erguidos por projetos de Extensão Universitária;
6. Espaços da Reforma Agrária Popular;
7. Espaços de Livre Produção artística;
8. Obras edificadas por Canteiros Experimentais e Canteiros Escolas;
9. Ocupações Organizadas de prédios vazios em regiões centrais;
10. Sedes de companhias de Teatro de Grupo;
11. Espaços públicos erguidos pela Rede Permaperifa;
12. Casas Compartilhadas geridas por organizações populares;
13. Intervenções coletivas artísticas em espaços públicos.

O conceito de *Trabalho Livre* elaborado por Sérgio Ferro trata da gestão participativa e democrática nos canteiros de obras da arquitetura. Pressupõe a inclusão de todos os participantes no processo produtivo. Sérgio Ferro não eliminou a forma manufatureira de organização do trabalho, porém eliminou a segregação entre as várias equipes e eliminou também suas hierarquias de comando e controle. As diferentes equipes especializadas colaboram com o arquiteto para a confecção e execução dos desenhos do projeto arquitetônico. Aqui o trabalho alienado próprio do mercado foi substituído pela gestão participativa e democrática (FERRO, 2006, 2016).

Já o conceito de *Trabalho Feito com Prazer* de John Ruskin se origina de uma certa Filosofia da Natureza que prega a política da ajuda mútua para todos os elementos naturais. Ruskin disse que todos os elementos naturais são interdependentes. Deu o exemplo da árvore que necessita do solo para se fixar e obter nutrientes; do sol para fazer fotossíntese e crescer, ou seja, a árvore para existir individualmente necessita da ajuda de outros elementos naturais (RUSKIN, 2006; AMARAL, 2005).

Sergio Ferro narrou uma história da arquitetura com ênfase na luta de classes. A história contada por Sérgio Ferro tratou das práticas que desqualificaram e precarizaram o trabalho dividindo o saber-fazer operário ocorrido desde a antiguidade clássica, mas trazida de volta pelo capitalismo



aos canteiros de obras europeus. Como resposta à exploração do trabalho, Sérgio Ferro propôs o *Trabalho Livre*, cujo objetivo seria restituir a cisão entre o saber e o fazer operário.

Ainda no início da Primeira Revolução Industrial, John Ruskin criou o conceito de *Trabalho Feito com Prazer*.

A particularidade da metodologia ruskiniana é a mistura de assuntos que a princípio não se misturam, como por exemplo: A *Lei da Ajuda Mútua* que é uma concepção de lógica, ou seja, quer atingir um equilíbrio, uma harmonia, uma razão. Porém a *Lei da Ajuda Mútua* só poderá se realizar caso sentida por uma *Primeira Impressão*, isto é, o inconsciente. Nesse sentido ele misturou algo objetivo (a *Lei da Ajuda Mútua*) com algo subjetivo (a *Primeira Impressão*). Ao estabelecer relações que a princípio não se fazem, Ruskin obteve resultados imprevisíveis e inéditos. Foi assim que migrou a lei da política da ajuda mútua da Natureza para o mundo do trabalho, o que resultou no conceito de *Trabalho Feito com Prazer* onde todos os participantes do processo produtivo pensam e fazem, fazem e pensam sem hierarquia de comando ou controle conforme a *Lei da Ajuda Mútua*. Foi uma crítica ao que mais tarde seria classificado como taylorismo (AMARAL, 2005).

O *Trabalho Livre* e o *Trabalho Feito com Prazer* agasalham nosso entendimento de **Arquitetura Livre** que, por sua vez, se nutre da autogestão para seus processos produtivos.

De modo geral, a arquitetura livre consiste em: a) espaços e edificações construídas coletivamente por métodos democráticos. Os projetos são elaborados por meios dialógicos, ou seja, não há a figura de um ou uma projetista alienada do processo de construção, e vice versa, não há operários alienados das decisões projetuais. Quem edificou contribui com suas idéias. b) Não há um dono, ou patrão que use a obra como meio de “ganhar dinheiro”, ou gerar “mais valia”. As obras, portanto, não são “mercadorias”, e não possuem valor de mercado, pois são de propriedade coletiva. c) Sua edificação se deu como modo de resistência das comunidades de trabalhadores, e são fruto da necessidade real desses coletivos. Possuem, portanto, apenas “valor de uso”. d) as atividades produtivas são também métodos de formação e aprendizagem dos envolvidos, onde os conhecimentos circulam livremente, em prol da melhor solução/resultado arquitetônico. e) as obras podem ser consideradas “obras de arte”, nos termos de Sérgio Ferro, pois foram edificadas pelo trabalho livre, feito com prazer, segundo John Ruskin, não tendo havido sofrimento, opressão ou exploração para sua idealização e materialização.

A forma “arquitetura livre” é uma forma real e presente de arquitetura na sociedade brasileira e mundial. Compreender e conceber esta forma, num processo coletivo, assim como foram criadas formas outras de arquitetura, tais como “arquitetura clássica”, “arquitetura nova” ou “arquitetura moderna ou brutalista”, é a assunção de um método popular e diverso de caracterização da arquitetura.

Temos aqui, portanto, mais uma forma, dentre tantas - uma forma popular, autogestionária e, principalmente, não capitalista.



REFERÊNCIAS

AMARAL, Cláudio. **John Ruskin e o desenho no Brasil**. Tese de doutorado. São Paulo: FAU USP, 2005.

FERRO, Sérgio. **Arquitetura e trabalho livre**. São Paulo: Cosacnaify, 2006.

_____. **Dessin/Chantier: an introduction**. In: Industries of Architecture. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2016.

RUSKIN, John. **John Ruskin: Selvatiqueza (excerto de A natureza do Gótico)**. Trad. José Tavares Correia de Lira. São Paulo: Risco. 2006.



RESUMO do Trabalho 04 BOSQUE E IGARAPÉ SAPUCAJUBA: RIO URBANO E SUA VÁRZEA QUE RESISTEM EM BELÉM DO PARÁ

Belém foi estruturada a partir da presença da água, e teve seu sítio definido pela racionalidade indígena (foi Mairí, aldeia tupinambá antes de ser ocupada pelos portugueses). Contudo, a cidade tem sofrido o apagamento dessa identidade no decorrer dos séculos de colonização. Como metrópole regional, constituiu sua paisagem a partir de aterros, canalizações e afastamento da vegetação nativa nas áreas consolidadas e infraestruturadas, de acordo com soluções importadas e caras (Cardoso et al, 2015). Nas suas periferias a realidade foi outra, pessoas moravam em palafitas e conviviam com as águas de rios e várzeas, reproduzindo soluções ancestrais que eram vistas pelo centro como atrasadas (Laurindo Jr., 2012).

Durante o período da borracha, a cidade recebeu um plano de alinhamento que orientou a ocupação por um traçado regular das terras mais altas, mas que foi interrompido nas áreas de várzea dos rios externos e internos. As áreas das baixadas foram ocupadas de modo improvisado, ao mesmo tempo que tinham a inteligência de permitir a presença de usos rurais em meio à cidade (para abastecimento interno) e de estabelecer a conexão entre as formas de vida ribeirinhas e a cidade. A transposição das baixadas ocorreu a partir de eventos que demandaram novas áreas, como as áreas militares ou as áreas de ensino e pesquisa, que conformaram um anel delimitando o atual centro metropolitano (Miranda, 2023).

Este texto aborda um caso situado no limiar deste anel, que promove a conexão entre a visão institucional de constituição de um campus universitário para a Universidade Federal do Pará, inaugurado em 1968, e a visão popular de como ocupar a várzea, e que foi transformado por uma administradora, estudantes e professores em um laboratório experimental sensível à água.

O *campus* de Belém da Universidade Federal do Pará (UFPA) está localizado nas margens do rio Guamá, em aterro de uma grande área de várzea de uma antiga fazenda desapropriada pelo governo federal. O campus conta com quatro setores, e é entrecortado por dois igarapés. A instituição não ocupou toda a área que lhe foi destinada, e conta com ocupações informais em porções que vem sendo regularizadas como bairros inteiros, e também na faixa de domínio entre a principal avenida de acesso ao campus, a Av. Perimetral, e o muro da instituição (Barbosa, Rocha, 2015). Há quase três décadas mais de 400 famílias ocupam uma faixa estreita de terra, entre o muro e o igarapé Sapucajuba.

O Sapucajuba foi cortado para a construção da Av. Perimetral, seu entorno sofreu supressão vegetal e aterros na medida em que ocorreu a expansão da cidade de Belém e a construção da própria Cidade Universitária. Hoje, tanto o curso d'água como o bosque que o margeia localizam-se no início de um cinturão verde, que possui importante função socioambiental para a capital e abriga diversos usos institucionais.



Hoje, o Igarapé faz uma curva e se constitui em limite do Setor da Saúde da Cidade Universitária José da Silveira Netto, que durante a pandemia, precisou se adequar às demandas impostas pela Covid-19. A maior necessidade de espaços abertos para profissionais da saúde, pacientes e seus acompanhantes, motivou a procura por soluções para requalificação local. Gina Calzavara, administradora da UFPA, protagonizou diversas melhorias na área, como a construção de mobiliário urbano, de barreiras de bougainvilles para impedir o avanço do estacionamento para área vegetada do Sapucajuba, a produção de terra preta por compostagem para melhoria da qualidade do solo e o plantio de diferentes espécies. Conforme as ações eram desenvolvidas e se descortinava uma nova paisagem, novos potenciais e conflitos eram compreendidos e Gina procurou uma série de parcerias, inclusive com a Prefeitura Municipal de Belém para tratamento do igarapé (remoção do lixo, controle do assoreamento). Atritando-se às suas iniciativas, desde 2023 até o momento, o Projeto de Extensão "Laboratório experimental sensível à água", reúne professores, servidores e alunos de diferentes áreas, níveis de formação e faculdades da UFPA, sob coordenação da arquitetura e urbanismo, que em conjunto assumiram o Igarapé Sapucajuba e suas redondezas como um laboratório vivo. Vários eixos de ação foram constituídos, com o trabalho voluntário de estudantes e técnicos.

Estabeleceu-se um contato com os habitantes do muro, que foram cadastrados, passaram a receber educação ambiental, tendo em vista a solução dos problemas de saneamento, a estabilização da comunidade e a segurança da posse (muitas casas incorporaram o muro e têm o igarapé como fundo). Os pacientes e familiares de usuários dos serviços do hospital e clínicas (odontológica, fisioterapia), foram ouvidos para compreensão de suas necessidades. Foram realizados levantamentos físicos e monitoramento dos ritmos de cheia e vazante do igarapé, da vegetação existente, e dos ecossistemas constituídos.

A área transformou-se em espaço de memória, para plantio de árvores em homenagem às vítimas da COVID-19, e também de memórias de como a região era antes da implantação do campus: espaço de banho, pesca, em depoimentos e entrevistas. Na prática, o bosque do igarapé é espaço apreciado pela população externa, que carece de espaços públicos, e as observações indicam que a percepção da área cresce conforme as ações incrementais de paisagismo são realizadas, e que as intervenções deverão ser totalmente diferentes do paradigma vigente (do aterro e canalização). O bosque torna-se gradativamente um espaço de permanência e não mais uma área de passagem.

Com etapas e adversidades nem sempre previsíveis, foi necessário usar de criatividade e resiliência para seguir em frente, lutando-se também contra a visão hegemônica de expansão para a região, que procura negar a natureza. A discussão de soluções é horizontal e atenta aos ritmos das águas, busca por novas tecnologias de saneamento - baseadas na natureza e na biofitoremediação, de modo a ampliar a visão social e técnica dos estudantes envolvidos no projeto. Apesar da falta de perspectiva de recursos, os resultados apontam soluções viáveis, que podem requalificar os quatro hectares de várzea e revelar a importância deste "vazio" para adaptar o campus às novas condições climáticas. Espera-se que essa experiência de imaginar novos relacionamentos com a água e a vegetação inspire Belém e outras cidades amazônicas.



REFERÊNCIAS

BARBOSA, Jacilino; ROCHA, Gilberto. O uso do solo na Cidade universitária José da Silveira Netto: contribuições para o ordenamento de espaços institucionais em Belém (PA). In: **Revista GeoAmazônia**, Belém, v. 03, n. 05, p. 174 - 191, jan./jun. 2015.

CARDOSO, Ana Claudia; FERNANDES, Danilo; BASTOS, Ana Paula; Cleidianne. A Metrópole Belém e sua centralidade na Amazônia Oriental Brasileira. **EURE**, v. 41, 2015, p. 201-223.

LAURINDO JR., Luiz Carlos. 2012. **A cidade de Camilo: escravidão urbana em Belém do Grão-Pará (1871-1888)**. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Pará. Belém.

MIRANDA, Thales. **A Ilusão da Igualdade, natureza, justiça ambiental e racismo em Belém**. Belém: ANPUR, 2023.



RESUMO do Trabalho 05 A MALOCA ÚTERO: UM SER VIVO, UM BERÇÁRIO DE IDEIAS OU UM PROCESSO ABERTO E PARTICIPATIVO DE PROJETO?

"Ela já cai lança", falou Dui Tupinambá na beira de uma praia de rio salgado. A semente do mangue tem formato de lança, germina ainda presa à planta mãe e quando encontra o solo usa o peso da queda a favor do seu plantio. Ela se vale dos recursos possíveis e não exita em aproveitar os cuidados maternos. Não é para menos, sobreviver em um ambiente de solo instável, com alta concentração de sal e pouco oxigênio exige malabarismo, resistência e generosidade visto que poucas espécies sobrevivem nele. Os manguezais reivindicam a possibilidade de ser a partir do que seu próprio corpo provoca fazendo de um ambiente hostil para a floresta uma faixa de proteção para outros ecossistemas e, ainda, um berçário, principalmente, para crustáceos e peixes.

Junto aos manguezais, na beira do mar no sul da Bahia, próximo a Ilhéus, os tupinambás também reivindicam a possibilidade de ser ao retomar terras e culturas. Eles foram os primeiros indígenas contactados pelos europeus e uns dos mais afetados pelas sucessivas camadas de colonização que nunca deram tréguas. Tal qual os manguezais e suas espécies, eles germinam na mãe terra e resistem ao apagamento completo quando se tornam também berçários ao cuidar, escutar, trocar e acolher, inclusive, os não indígenas. Nesse contexto, a liderança Yakuy Tupinambá propõe uma universidade indígena liderada por mulheres, um centro de pesquisa e inovação ancestral ou, ainda, um espaço Útero Amotara Zabelê para que sejam praticadas trocas de saberes entre diferentes povos e experiências capazes de contribuir para regeneração dos territórios diante das crises climáticas.

Nesse contexto, a Maloca Útero é apenas um edifício de um complexo deles desenhado para receber esse centro de pesquisa idealizado por Yakuy. A maloca foi a primeira construção realizada, mas não seguiu a lógica de projeto dos demais edifícios que foram desenhados antes dela. Construída na Vivência Tupinambá organizada pelo Floresta Cidade², em janeiro de 2024, a Maloca Útero cria uma outra lógica de projeto junto ao Núcleo de Arquitetura do Zabelê, o que instaura um conflito com o grupo que vinha desenhando desde 2019 um complexo de edifícios para todo o território tupinambá junto à Lagoa do Mabaça.

Houve tentativa de diálogo entre os grupos, mas não ter sido bem sucedida e, independente das diferentes versões e argumentos que talvez nunca cheguem em um consenso, o fato é que por um lado a construção acabou sendo realizada sem o acordo de implantação sugerido pelo grupo que estava há mais tempo. E, por outro lado, de fato enfim algo foi construído depois de anos

² O Floresta Cidade é um projeto de extensão, ensino e pesquisa da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ que possui diversas frentes de trabalho, dentre elas a parceria com o Zabelê.



de projeto junto a um território indígena que tem como cultura a feita dos edifícios com autonomia e relativa rapidez. Ao invés de um projeto bem estruturado para busca de recursos externos como já estava sendo feito pelo núcleo, o Floresta Cidade propõe um feita de um único edifício através de um desenho rápido e aberto capaz de orientar um processo colaborativo na obra, com o uso de materiais locais e com a força de trabalho de aprendizes a partir da organização de uma vivência.

O processo de desenho e execução da maloca não foi linear. Semanas antes da vivência surgem mudanças inesperadas e o projeto precisa ser alterado às pressas. O novo desenho é inspirado no anterior mas é mais simplificado, surge em uma madrugada através de sonhos, e apresenta a novidade das saias.³ É um projeto feminino, que além de saias expressa o próprio útero através de uma estrutura circular composta de apoio duplo radial para redes serem penduradas e abrigar o programa de alojamento que surgiu dois dias antes da execução da obra. O programa anterior era uma cozinha de chão, que também permaneceu através de um fogo central. Além da cobertura de palha, do piso e dos bancos de terra, as saias consistem em estruturas verticais capazes de ligar a cobertura ao chão e com isso abrigar jardins internos e acolhedores para conversas mais íntimas bem como marcar os jardins externos que circundam a maloca e marcam os acessos. A disponibilidade de um projeto aberto às mudanças inesperadas e repentinas antes e durante o processo de obra foram fundamentais para a realização da maloca.

A abertura às inúmeras contribuições que foram acontecendo durante a obra tornou ela mesma um útero, um berçário de ideias, como os manguezais e como o próprio Zabelê. A escolha da orientação das saias, por exemplo, foram indicações espirituais de Kuara Guarani, uma pajé indígena que participou do processo. Quando Roni e Danilo Tupinambá as transavam com palha feita da tala da folha do dendezeiro, nós informamos essa intenção espiritual da saia sul, foi quando eles imediatamente contribuíram com a ideia de desenhar grafismos tupinambás de proteção energética nelas.

Além dessa história de cooperação, há inúmeras outras como o dia que a maloca útero menstruou quando a terra vermelha foi levada pela chuva, que seu chão virou um céu de estrelas com as luzes refletidas da falha da cobertura, que seu coração pulsou nitidamente com o fogo central e que ela se perdeu completamente na paisagem, negando o fato de ser um objeto arquitetônico para se afirmar enquanto um ser vivo feito os manguezais. Um ser maloca que nasce em um ambiente difícil, a partir da força feminina e repleta de uma participação cósmica.

REFERÊNCIAS

Trata-se de um relato de uma experiência.

³ O processo de projeto participativo da maloca começou a partir do trabalho final de graduação de Ana Carolina Caldas Almeida, mas ele não foi executado por falta de tempo para a execução da estrutura. Assim, Iazana Guizzo desenha às pressas uma outra estrutura.